URBANIZAÇÃO DE FAVELAS: ANÁLISE E DIAGNOSTICO DE MARILAC

Jéssica Aparecida da Silva Oliveira (IC) e Maria Augusta Justi Pisani (Orientadora)

Apoio: PIBIC CNPq

RESUMO

A presente pesquisa tem como enfoque o estudo da estruturação espacial da favela Marilac, localizada no Bairro de Pirituba, zona norte da cidade de São Paulo, para compreender, identificar e analisar antes e depois da ocupação os aspectos físicos, espaciais, sociais e, sobretudo os ambientais, tais como sua topografia e dinâmica de ocupação, criando um entendimento dos riscos e das condicionantes que estes representam dentro deste território. O método aplicado iniciou com um levantamento bibliográfico e iconográfico, primeiramente de como se desenvolveu a estrutura urbana na cidade de São Paulo e quais foram os locais reservados para a população menos favorecida, assim como as políticas públicas aplicadas ao longo dos anos neste tipo de território, a fim de entender o que são favelas e quais são suas especificidades. Em um segundo momento foi levantado o percurso da estruturação espacial da favela Marilac, para apoiar os levantamentos de campo, incluindo fotografias, redesenhos e entrevistas com representantes da comunidade. Os resultados obtidos são esclarecedores das fragilidades e potencialidades da favela Marilac, possibilitando a formação de um diagnóstico e diretrizes que servirão de apoio a novos projetos e obras no local, bem como o processo empregado nesta pesquisa poderá ser replicada em outras similares.

Palavras-chave: Urbanização de Favelas; Favela Marilac; Áreas de risco.

ABSTRACT

This research is focused on the study of spatial structure of Marilac squatter settlement, located in Pirituba, north of São Paulo city, to understand, identify and analyse physical, space and enviromental aspects before and after it got settle, as well its topography and the occupation's dinamic, to comprehend the risks that these aspects represent inside this territory. The study started with a bibliographic and iconographic survey of how urban space was developed in São Paulo, where were the places for destitute people and how public policy were apllied in this local to understand the settlement's specificity. In a second step, the route of Marilac space's structure was studied with the support of field work, photos, redrawings and interviews with members of the comunity. The results clarify the weakness and the potential of Marilac's settlement, giving not only a guideline to support new projects and constructions in this place, but also a method that can be reapllied in other similar studies.

Keywords: Favela Urbanization; Favela Marilac; Risk Areas.

INTRODUÇÃO

A favela Marilac localizada em Pirituba, na zona norte de São Paulo, teve início da ocupação em 1982, e conta com uma área em processo de instabilização com risco de escorregamento superficial de solo, tombamento e rolamento de blocos e matacões (CERRI et, al.,2007). A área em questão adquiriu importância e tornou-se foco de grande discussão em 2012 com a candidatura da cidade de São Paulo para sediar a Expo 2020, para tal a prefeitura elaborou um projeto que previa a construção de um imenso parque com edifícios dedicados a feiras e convenções, além de melhorias no transporte público, como a extensão do ramal da linha 6 do metrô, no terreno de 5 milhões de metros quadrados da Cia. City, em frente a ocupação. Porém em 2013, São Paulo foi oficialmente eliminada da competição e o projeto que poderia resultar em um desenvolvimento para a região foi engavetado.

O objetivo dessa pesquisa consiste em investigar e analisar o processo de formação das favelas em São Paulo, tendo como estudo de caso a Favela Marilac, com o intuito de compreender e identificar os aspectos físicos espaciais, sociais, políticos e ambientais atuais e anteriores da ocupação, considerando suas dinâmicas espaciais, cotidianas e os fatores que estruturaram a ocupação precária.

A pesquisa tem como particularidade e relevância seu papel pioneiro em abordar um objeto de estudo ainda não desenvolvido no âmbito acadêmico, visando diagnosticar e criar diretrizes gerais para possíveis e futuras intervenções.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

Em São Paulo, os primeiros indícios de favelas datam do ano de 1940, mas é a partir da década de 1980 - acentuando-se em 1990 - que a cidade apresentou um crescimento expressivo de favelas. Em 1973 o número de pessoas vivendo nessas ocupações chegava a 71.840 mil (BONDUKI, 1998), já em 1980 esse número é sextuplicado, chegando a 439.721 mil pessoas (TASCHNER, 2002). Segundo Marques e Saraiva (2007) em 1991, computavase aproximadamente 900 mil pessoas morando em condições precárias, atingindo no ano de 2000 um total de 1,200 milhões de pessoas, ou seja, em vinte anos este número quadruplicou, representando claramente um crescimento exacerbado. (MARICATO, 2015)

As Favelas, em suas origens, foram abordadas como um problema a ser erradicado. Já na década de 1960, alguns estudiosos passam a tratá-las como uma forma legítima de provisão de habitação. Após a redemocratização e o aumento da crise econômica, a favela torna-se uma alternativa habitacional de longo prazo. Em níveis estaduais e federais não são localizadas políticas que se direcionam às favelas, com raras exceções e, quando acontecem, estas são para o saneamento básico. Somente o município por pressão do déficit habitacional,

problemas sanitários, ambientais e até mesmo pela demanda do capital imobiliário relacionados a essas ocupações, tem tido algum tipo de atuação nas favelas ao longo dos anos (BUENO, 2000), representando uma situação contraditória como cita Laura Bueno:

> Como política oficial, a consolidação das favelas no ambiente urbano não supõe a solução do problema da detenção dos direitos de propriedade do solo. Há conflitos quanto à concepção do direito, e há conflitos quanto ao que fazer em relação às invasões existentes e às que virão. Essa é uma situação extremamente contraditória. (BUENO, 2000, p.5)

A invasão como forma de obtenção de moradia, apesar de seu teor ilegal frente aos proprietários legítimos, é considerada hoje um elemento fundamental no processo de urbanização, pois tira das reivindicações da população pobre a demanda de moradia. Porém atribui extrema importância ao processo de urbanização destes assentamentos informais e a presença de um Estado atuante na oferta de políticas públicas eficazes que permitam a superação definitiva da situação de precariedade a qual se encontram (BUENO, 2000). Esta grande ilegalidade se deve principalmente a um rápido processo de urbanização e industrialização baseado em baixos salários e uma tradição de especulação fundiária, alimentada pela queda e concentração de investimentos públicos, além de uma legislação excludente e segregacionista. (MARICATO, 1997)

Desta forma o crescimento urbano com base na ocupação periférica e precária, através da autoconstrução da casa própria, passa a ser substituído por um processo de favelização do espaço urbano. Essa autoconstrução é realizada por uma população de baixa renda, que se estabelecem muitas vezes nas áreas “desprezadas” pelo mercado imobiliário e pelo Estado, sendo, normalmente, ocupações em extensões ambientalmente frágeis, sujeitas a inundações e escorregamentos em suas encostas íngremes. Essa população, portanto, se depara com uma total carência de infraestrutura, no que diz respeito a abastecimento de água, saneamento básico, drenagem de águas pluviais, coleta de resíduos sólidos urbanos, iluminação pública, além da grande dificuldade de acessibilidade a moradia, equipamentos públicos e transporte (MARICATO, 2015). Elisabete França trata dessa carência e da necessidade de ações do poder público na citação abaixo:

> Como áreas que se consolidam na cidade, as favelas requerem ações públicas para transformar a precariedade urbana em que se encontram e, consequentemente, a tarefa que se impõem à atuação da disciplina urbanística é, a partir de planos e projetos, propor, além da implantação da infraestrutura básica, a qualificação dos espaços públicos, urbanizando-os e definindo centralidades que sejam valorizadas pela coletividade. (FRANÇA, 2009, p.12)

Segundo França (2009), as favelas possuem complexidade e diversidade que desfazem as certezas construídas nos modelos urbanísticos tidos como ideais, representando a desigualdade social e a segregação socioespacial existente em nossas cidades, fruto da concentração de renda que assola nosso país. As soluções empregadas devem, portanto,

reconhecer a contribuição das favelas como uma forma de reinvenção da cidade, entendida como um lugar de trocas entre diferentes (DUARTE, 2009).

O estatuto da cidade, já reconhece e define as favelas como áreas de especial interesse, necessitando de uma regulação própria. É através da concretude de sua morfologia, que se estabelecem as referências possíveis do que é compreendido como uma moradia digna, com condições de bem-estar (OBSERVATÓRIO DE FAVELAS[1], 2009).

Segundo Observatório de Favelas (2009) o conceito de favela divide-se em quatro perfis: o sociopolítico; o socioeconômico o sócio urbanístico e o sociocultural. Compreender tal pluralidade é reconhecer de fato a especificidade do território e daqueles que o habitam, de forma a considera-los cidadãos que devem ter seus direitos preservados e garantidos na forma de políticas públicas. Estas características devem, portanto, orientar as necessidades que compõem as políticas públicas que tenham como objetivo implantar programas de urbanização de favelas (OBSERVATÓRIO DE FAVELAS[1], 2009).

Para a elaboração do diagnóstico foram estudados os referenciais teóricos que abordam o problema de urbanização de favelas como Maricato (1997 e 2015), Taschner (2002), Bonduki (1998), Duarte (2009), Freire (2006), Lemos; Sampaio (1993), Boldarini (2008), Bueno (2000), França (2009), Abiko e Coelho (2009) e Fachini (2014).

2. METODOLOGIA

O método empregado para alcançar os objetivos desta pesquisa foi inicialmente executado pelas análises bibliográficas e iconográfica sobre a urbanização de favelas em São Paulo, compreendendo seu contexto histórico, político e social, a fim de contextualizar as características de formação e consolidação da ocupação. Além de propiciar um embasamento para a proposição de diretrizes gerais posteriormente.

A análise e o diagnóstico da favela Marilac foram realizados em quatro etapa, a primeira corresponde a um levantamento e análise bibliográfica e iconográfica, utilizando principalmente as bases da prefeitura de São Paulo, incluindo o site HabitaSAMPA - Sistema de informações para habitação Social na cidade de São Paulo e o relatório técnico de mapeamento de risco realizados pelo IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas.

Em um segundo momento foi estruturado um roteiro para visita de campo, com uma listagem dos itens da infraestrutura existentes a serem detectados em loco: uso do solo, áreas

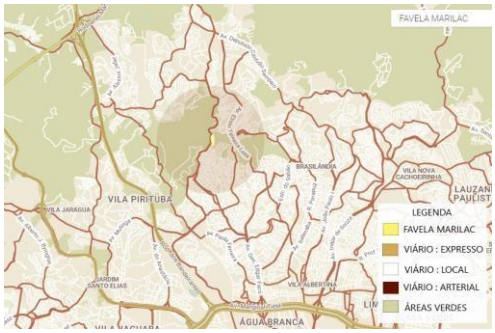
[1] O Observatório de Favelas, criado em 2001, é uma organização da sociedade civil de interesse público, fundada e coordenada por profissionais e pesquisadores que se dedicam ao estudo do tema favelas.

de risco, drenagens, iluminação, pavimentação, abastecimento de água, esgoto, acessos, transportes e equipamentos públicos existentes.

A terceira etapa consistiu na visita “in loco” – dividida em duas fases, uma primeira para levantamento dos aspectos físicos, através de registros fotográficos com base no roteiro pré-definido, para a elaboração de mapas sintéticos que auxiliaram na análise dos resultados obtidos e a segunda fase, que consistiu em uma entrevista com o presidente da Associação de Moradores do Jardim Marilac, Srº Gerzito Caboclo da Silva. A quarta etapa foi o momento de confrontamento entre os dados levantados “in loco” com os bibliográficos e iconográficos da primeira etapa, para a elaboração do diagnóstico atual da ocupação.

3. RESULTADO E DISCUSSÃO

A favela Marilac localiza-se na zona norte da cidade de São Paulo no bairro de Pirituba, no loteamento irregular Vila Mirante, as margens da avenida Raimundo Pereira de Magalhães, que conecta Pirituba aos distritos da lapa, marginal tietê, Jaraguá, Anhanguera e Perus passando pelos subdistritos do Piqueri, Chácara Inglesa, Jardim da Felicidade, Vila Zatt, Vila Clarice, Taipas entre outros até a divisa do município de Caieiras. Localizada no ponto médio entre a marginal tietê e o Rodoanel Mario Covas com acesso à Rodovia dos Bandeirantes conforme podemos visualizar na Figura 1. A favela possui área total de 9402,740m² com 217 domicílios e tem sua ocupação datada em 1982 (HabitaSAMPA, 2015). Figura 1 – Mapa de Localização



Fonte: Oliveira (2017). Base Cartográfica Google Maps (2017)

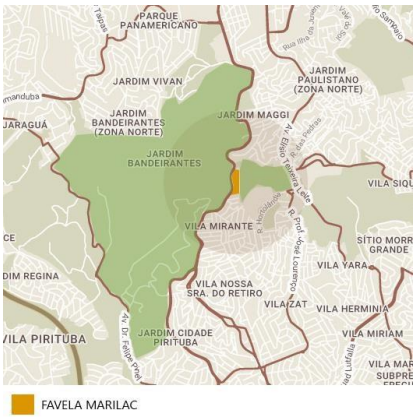
A área de estudo se localiza entre duas grandes glebas, uma pertencente a Cia City com aproximadamente 4,9 milhões de metros quadrados, cogitado para abrigar o centro de convenções para a Expo 2020 – a qual a cidade São Paulo foi desclassificada da competição em 2013, e posteriormente para abrigar um estádio que abriria a copa do mundo de 2014 – projeto também engavetado. Parte da gleba em questão encontra-se interditada para obras devido, a descarte irregular de resíduos de metais pesados no solo e lençol freático (CETESB, 2016), após especulação a Cia City decidiu desengavetar um antigo projeto de urbanização da área, que prevê a criação de um novo bairro. No dia 6 de dezembro de 2016, foi realizada

no Instituto Federal de São Paulo (IFSP) – Campus Pirituba, uma audiência pública, a pedido da Cetesb para mostrar o estudo do impacto ambiental do plano urbanístico proposto, que conta com uma área de 1,7 milhões de metros quadrados contemplando loteamentos de uso misto, além de áreas públicas e equipamentos como prevê a legislação, o projeto ainda em fase preliminar afetaria diretamente a dinâmica da área, potencializando a região e possibilitando a criação de uma nova centralidade.

A outra gleba presente no entorno imediato à Marilac é de propriedade da construtora Azevedo Travassos, possuindo mais de 245 mil metros quadrados, com sede no mesmo local, fato que contribui diretamente para a contenção da ocupação que segue nos limites desta propriedade. Esta gleba possui duas zonas determinadas pela Lei 16.402/16 de Parcelamento, Uso e Ocupação do solo da cidade de São Paulo (SÃO PAULO, 2016), como ZEIS-2 – Zonas Especiais de Interesse Social – são áreas vazias, não utilizadas adequadas à implantação de empreendimentos de habitação de interesse social, onde se incentiva a garantia de áreas de reassentamento, quando necessário, na proximidade do local de origem dos moradores de áreas de risco ou de projetos de interesse público.

A favela Marilac por sua vez é demarcada como ZEIS-1 - Zonas Especiais de Interesse Social 1, estas são áreas caracterizadas pela presença de assentamentos precários onde residem predominantemente uma população de baixa renda em terrenos públicos ou privados, surgidos espontaneamente ou não mas passiveis de regularização fundiária, o zoneamento prevê nestas áreas promover à moradia digna para a população de baixa renda por intermédio de melhorias urbanísticas, recuperação ambiental e regularização fundiária de assentamentos precários e irregulares, bem como à provisão de novas Habitações de Interesse Social – HIS. Na Figura 2 observa-se a inserção da favela Marilac.

Figura 2: Marilac e entorno.



Fonte: Oliveira (2017) base cartográfica Google Maps (2017).

O nome Marilac refere-se à Rua Marilac, travessa da avenida Raimundo Pereira de Magalhães na altura do número 8.320, porta de entrada para a ocupação que se iniciou segundo a associação de moradores do Jardim Marilac, em entrevista em julho de 2017, por meio de um reassentamento de famílias que antes ocupavam a favela Salva Terra no Morro Grande, na zona Norte da cidade, segundo eles o terreno pertencia a companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP. A remoção foi realizada pela prefeitura que construiu habitações provisórias de madeira para aproximadamente 70 famílias na região, na área com menor declive, dando continuidade à rua Marilac em terreno de propriedade pública que possuía um canavial e alguns galpões improvisados, construídos pela população próxima para a criação de animais. Com a vinda desta população e a abertura, ainda que precária de ruas e “lotes”, a área com maior declividade ainda não ocupada tornouse atrativa, sendo invadida rapidamente.

Na Figura 3 a seguir observa-se o comparativo de três períodos registrados da área, 1980 - antes da relocação das famílias conforme dito anteriormente, contendo algumas casas precárias e galpões para além da rua Marilac, 1996 período de consolidação da ocupação, após a relocação das famílias e ocupação massiva das áreas remanescentes, principalmente as de maior declividade, e por fim 2004 apresentando o continuo crescimento para além da área pública mais ao norte da ocupação.

Figura 3: Mapas de Ocupação 1980, 1996 e 2004

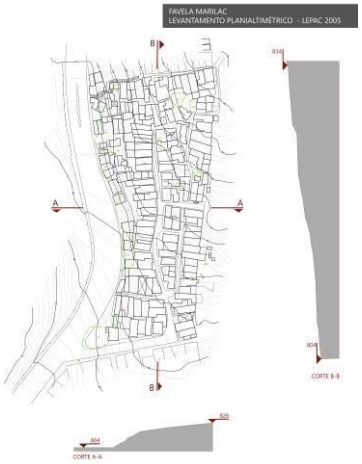
Fonte: Oliveira (2017). Base cartográfica Emplasa (1980), Ortofoto (1996) e MDC (2004).

Esse crescimento em um curto espaço de tempo, não pode ser visto como um caso isolado, entre 1973 e 1987 a população favelada da cidade de São Paulo cresceu 1000%, enquanto a população total da cidade cresceu 60% (LEMOS e SAMPAIO, 1993), com o fim do milagre econômico e após sucessivas crises, ocorreu um acentuado crescimento da informalidade no emprego e na geração de renda. O trabalhador neste período desistiu do sonho de adquirir um lote periférico, e iniciou a busca por uma localização mais próxima de seu trabalho ou de fácil acesso. Portanto, pode-se afirmar que as décadas de 1970, 1980 e 1990 foram os períodos de maior crescimento das favelas na cidade de São Paulo (SAMORA, 2009) e com a Marilac não foi diferente, sua localização estratégica, possibilita o fácil acesso do trabalhador a diversos bairros, porém este crescimento desordenado é visto como a problematização de uma questão já complexa, como discutem Samora (2009), Maricato (1996), Parternak e Bogus (2004), que apesar de toda precariedade urbanística a que estão submetidas as favelas e loteamentos clandestinos apresentam índices de adensamento alarmantes

Este crescimento urbano, realizado com base na ocupação periférica e precária, por meio da autoconstrução, é realizado pela população de baixa renda, que se estabelecem muitas vezes nas áreas “desprezadas” pelo mercado imobiliário e pelo Estado, sendo, normalmente, ocupações em extensões ambientalmente frágeis, sujeitas a escorregamentos ou inundações nos fundos de vale. Essa população, portanto, se depara com uma insuficiente infraestrutura, no que diz respeito a abastecimento de água, saneamento básico, drenagem de águas pluviais, coleta de resíduos sólidos urbanos, iluminação pública, além da grande dificuldade de acessibilidade à moradia e equipamentos públicos (MARICATO, 2015). Segundo o CEM Centro (2016) - a região metropolitana de São Paulo possui 59% das áreas de risco mapeadas em favelas.

A favela Marilac é uma das favelas do município que se encontra em área de risco por localizar-se em uma colina formada por solos residuais de granito com a presença de matacões – estes últimos são blocos de rocha geralmente em formato arredondado, estas podem ser expostos superficialmente ou serem subterrâneas (FARAH, 2003) – a área também possui taludes subverticais, causados pela evolução da erosão através dos sulcos ou da erosão diferenciada, alterando assim a forma do talude, geralmente incompatíveis com a resistência do solo (MATTOS, 2009). Estes se encontram junto a avenida Raimundo Pereira de Magalhães chegando a uma altura de até dez metros, segundo ficha de vistoria do cadastro de áreas de risco do Município de São Paulo (PMSP, 1996). Na Figura 4 a seguir observa-se a acentuada declividade que se encontra determinados pontos da favela Marilac.

Figura 4: Levantamento Planialtimétrico



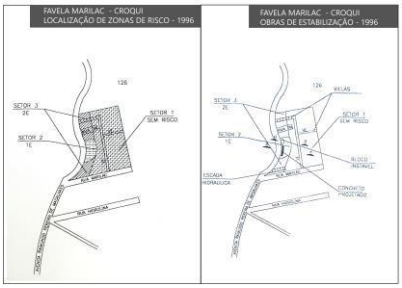
Fonte: Oliveira (2017) base cartográfica LEPAC (2005).

As ocupações desordenadas, em encostas em convivência com trechos desmatados e consequentemente expostos, reúnem todos os fatores que induzem a instabilização de uma área. Nas favelas que apresentam esta condição de ocupação – como a Marilac - observamse cortes e aterros sem critérios técnicos, assim como remoção de vegetação e modificação inadequada do regime de escoamento e infiltração de águas pluviais, inadequado abastecimento de esgotos e despejo de lixo (PISANI, 1998 e FARAH, 2003).

Em 1988, foi aprovada a nova constituição do país, contendo uma série de instrumentos de controle do uso e ocupação do solo e a garantia da moradia como direito social, deixando as políticas de desfavelização na contramão da história (FRANÇA, 2009). Durante a gestão da Prefeita Luiza Erundina (1989-1993) foi estabelecido um diálogo com a associação de moradores do Jardim Marilac, havendo intenção por parte da prefeitura de realizar a regularização fundiária contemplando as famílias que ali ocupavam (SILVA, 2017) apesar da gestão apresentar uma postura contrária a desfavelização, preocupando-se em manter as famílias nos locais onde moravam (FRANÇA, 2009) nada foi efetivamente realizado

em relação a benfeitorias ou concessão fundiária na favela em questão. Durante as gestões seguintes de Paulo Maluf e Celso Pitta (1992-2000) não ouve continuidade com o dialogo estabelecido pela gestão anterior com a população (SILVA, 2017). Apenas em 1996 mediante seu crescimento alarmante foi realizado um relatório técnico da prefeitura do município de São Paulo, para o cadastro de áreas de risco do município contendo um levantamento técnico com a análise do processo de instabilização, relatando a concepção de medidas a serem realizadas para a estabilização da área. Para tal a favela foi dividida em três setores. A Figura 5 apresenta os croquis de localização de zonas de risco dos setores 1, 2 e 3 e das obras de estabilização.

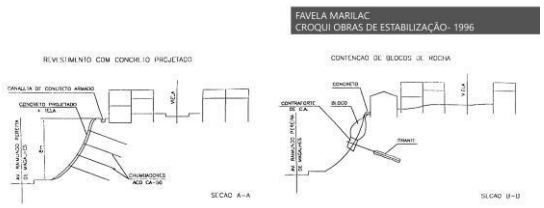
Figura 5: Croqui Localização das zonas de Risco e Obras de Estabilização.



Fonte: Cadastro de áreas de Risco Município de São Paulo. Ficha de Vistoria. Favela da Rua Marilac, São Paulo: PMSP, 1996.

Setor 1 - região que não apresenta riscos de deslizamentos pois compreende o topo do talude, área praticamente plana e já com alguma infraestrutura como água, luz e esgoto. Neste período as vielas e internas neste setor já haviam sido pavimentadas, porém, careciam de melhorias no sistema de condução de águas pluviais (PMSP, 1996). Setor 2 - que compreende o trecho do talude subvertical da avenida, ainda não ocupado neste período, onde existem muitos matacões imersos em massa de solo residual, que poderiam ser instabilizados nas escavações para implantação de casas, este risco estende-se para a pista da avenida que pode ser interrompida pela queda de blocos de rocha e solo, podendo atingir veículos e pedestres. A principal recomendação e ação tomada para este setor foi a proibição de novas construções, além da construção de canaletas no topo do talude, revestimento do mesmo com concreto projetado e a estabilização dos blocos rochosos com tirantes e contrafortes de concreto conforme croqui do projeto de estabilização ilustrado na Figura 6 (PMSP, 1996).

Figura 6: Croqui obras de estabilização setor 2



Fonte: Cadastro de áreas de Risco Município de São Paulo. Ficha de Vistoria. Favela da Rua Marilac, São Paulo: PMSP, 1996.

Percebe-se na Figura 7 o alto risco de deslizamento de terra e matacões, além da grande quantidade de bananeiras presentes na área, fator que contribui diretamente para a instabilidade do terreno, por possuírem raízes pouco profundas, seu peso auxilia no processo de escorregamento do solo.

Figura 7: Foto do setor 2 (1996)

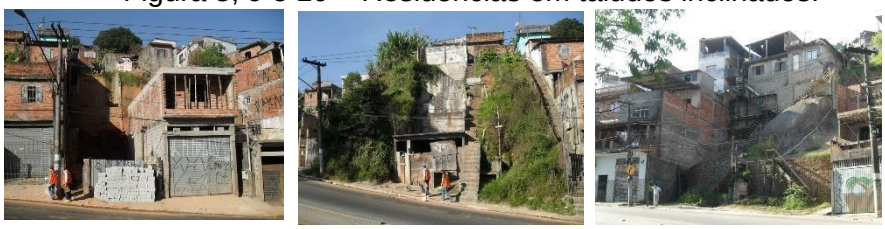
Fonte: Cadastro de áreas de Risco Município de São Paulo. Ficha de Vistoria. Favela da Rua Marilac, São Paulo: PMSP, 1996.

O Setor 3 - região que compreende o restante do talude já edificado ao longo da avenida, este setor é diagnosticado como setor a ser periodicamente inspecionado já que qualquer ampliação, corte de talude ou remoção de rochas pode aumentar o risco. A medida de estabilização concebida foi a criação de uma escada hidráulica (PMSP, 1996).

Segundo Relatório técnico de 2010 realizado pelo IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas - a favela foi caracterizada homogeneamente como Risco 2 – risco médio. Porém no mesmo documento descreve-se a presença de taludes com altura máxima de seis metros com inclinação de 90º, presença de moradias no topo e na base de taludes de predomínio de solo residual, além da presença de matacões e depósito de aterro, lixo e entulho em talude de corte. O sistema de drenagem superficial da área apesar das ações tomadas anteriormente foi considerado precário, ocorrendo concentração de água pluvial em superfície, além da presença de arvores e vegetação rasteira, área desmatada e área de cultivo de bananeiras ainda presente.

As Figuras 8 e 9 a seguir ilustram as áreas de risco detectadas pelo IPT em 2010, devido à altas inclinações e construções feitas sem a presença de responsáveis técnicos. Apesar das obras de proteção superficial realizada e muro gabião para a estabilização o acesso a moradia permanece precário e insuficiente conforme a Figura 10 a seguir.

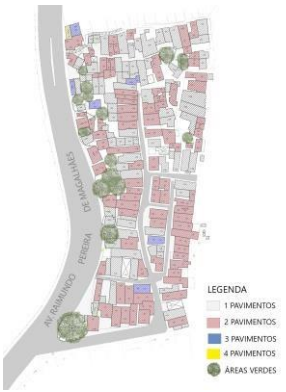
Figura 8, 9 e 10 – Residências em taludes inclinados.



Fonte: IPT (2010)

A ausência de planejamento no reassentamento das primeiras famílias a ocuparem o local, assim como a negligencia na fiscalização e gerenciamento da área evidencia a omissão por parte da prefeitura, contribuindo para a ocupação das áreas de maior declividade assim como a ampliação indiscriminada de casas que chegam até quatro pavimentos conforme Figura 11 com base no levantamento planialtimétrico cadastral – LEPAC (2005), este corresponde ao levantamento de todas as construções existentes nas áreas a serem regularizadas. No complexo processo de favelização, um importante aspecto a ser considerado é o mercado ilegal de terrenos irregulares, tanto na propriedade como no parcelamento. Algo muito comum é a venda massiva para rápida ocupação de pequenos "lotes" por pessoas que não são proprietárias do imóvel. Além dos ocupantes originais e seus parentes e agregados - que muitas vezes moram em locais cedidos ou emprestados por estes - existe uma grande quantidade de inquilinos ou "novos habitantes", que são fruto da comercialização não formal do terreno ou unidades habitacionais (ABIKO e COELHO,2009).

Figura 11: Numero de Pavimentos Favela Marilac.



Fonte: Oliveira (2017) base cartográfica LEPAC (2005)

A associação de Moradores do Jardim Marilac vinha se organizando desde a gestão participativa de Luiza Erundina (1989 a 1993), e ganhou força na gestão de Marta Suplicy (2001 a 2004), contrapondo seus dois sucessores Paulo Maluf e Celso Pitta. Em seu primeiro ano de mandato, a prefeita Marta Suplicy realizou com apoio dos movimentos populares prómoradia, a 1º Conferência Municipal de Habitação, que contou com a participação de mais de 22 mil pessoas, para definir a política municipal de habitação e escolher as áreas

prioritárias de intervenção, formando assim o Conselho Municipal de Habitação, este conselho contava com integrantes do movimento populares, sociedade civil, prefeitura e das universidades (SAMORA, 2009).

Ainda no ano de 2001 foi aprovado pelo Congresso Nacional, o Estatuto da Cidade, regulamentando o direito à cidade e à moradia segundo os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, tornando-se uma diretriz da política urbana. Na sequência foi aprovado também o Novo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, que instituiu as ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social, abrangendo quase totalmente as áreas faveladas da cidade. Com todos estes avanços constitucionais a prefeitura pode tomar ações mais efetivas quanto a regularização fundiária através de instrumentos de garantia de posse como por exemplo a outorga de títulos de concessão de direito real de uso ou de concessão para fins de moradia registáveis em cartório, beneficiando mais de 45,8 mil famílias moradoras de favelas (FRANÇA, 2009) entre elas, 217 famílias da favela da rua Marilac. Apenas as habitações que não possuíam frente para as ruas urbanizadas e acesso individual não receberam a concessão entre 2003/2004 correspondendo a menos de 4% das famílias residentes (SILVA, 2017).

Mesmo após a concessão a favela não foi completamente urbanizada no que se refere a infraestrutura urbana, segundo dados do HabitaSAMPA (2015) apenas 85% possui infraestrutura como abastecimento de água, saneamento básico, drenagem de águas pluviais e iluminação pública, desta forma parte dos imóveis possuem conexão as redes oficiais, como no caso do abastecimento de água contando com cavaletes e hidrômetros individualizados, porém uma parte é atendida por derivações informais das redes públicas ou ramais domiciliares e extensões clandestinas de outros imóveis.

O sistema de esgotamento sanitário da Marilac é formado por uma rede coletora, implantada nas ruas principais da favela, atendendo de forma precária os demais domicílios – ver Figura 14 , principalmente no que se refere ao sistema de drenagem, que assim como dito anteriormente é precário, devido à falta de manutenção e finalização do processo de urbanização, principalmente ao que diz respeito a drenagem superficial - guias e sarjetas, sua topografia aliada a falta de infraestrutura e as profundas transformações no sistema natural de escoamento superficial, promovidas ao longo dos anos pela ocupação, fizeram com que este escoamento obtivesse características de enxurradas contribuindo para a erosão do solo e fragilização do mesmo, o interior da área não possui por exemplo, nenhuma boca de lobo e observa-se em diversos pontos da favela a insurgência de águas, oriundas das próprias residências que descartam parte das águas servidas diretamente nas ruas e vielas, que por

sua vez não possuem qualquer infraestrutura para escoamento, contribuindo para a degradação do asfalto como podemos observar na Figura 13.

Figura 12 e 13: insurgência de águas.

Fonte: Oliveira (2017)

Quanto a iluminação pública nota-se o completo atendimentos a via lindeira a Marilac – Avenida Raimundo Pereira de Magalhães – porém internamente isto não ocorre da mesma forma, os postes de iluminação estão presentes somente nos acessos principais – ver mapa na Figura 14 - as vielas e escadarias mais estreitas não possuem nenhum tipo de iluminação pública. Como forma de solução muitas vezes a população acaba fixando luminárias externas por meio de extensões da rede domiciliar, a fim de suprir tal demanda.

O traçado descontinuo, a declividade topográfica e a largura das vias dificultam o acesso de caminhões de lixo e veículos de emergência, a coleta do lixo é feita, portanto, em local estratégico, na entrada da rua Marilac por meio de caçambas da prefeitura conforme mapa da Figura 14.

Figura 14: Infraestrutura Urbana: Esgoto, Iluminação e Lixo.

Fonte: Oliveira (2017) base cartográfica LEPAC (2005)

Quanto a infraestrutura de transporte a área não conta com linha de trem ou metrô em um raio de 2km, a estação mais próxima é a Estação Pirituba da linha rubi da CPTM, localizada a 3,3km da área, dando acesso a linha vermelha e amarela do metrô. A rede de

ônibus que atende a favela é ampla, uma vez que esta se encontra em uma principal avenida que conecta a região da Lapa à Caieiras, contando também com linhas de ônibus intermunicipais além dos metropolitanos, responsáveis pelo fluxo intenso do bairro para o centro. Apesar da grande oferta de ônibus a estrutura para o pedestre é precária, as calçadas e ruas internas são estreitas e esburacadas, principalmente na Av. Raimundo Pereira de Magalhães - devido ao fluxo intenso de veículos pois neste ponto não existe nenhum tipo de bolsão de segurança nos pontos de ônibus nem mesmo faixas de pedestres para travessia segura da população, sobretudo das crianças, trazendo insegurança aos moradores. A morfologia composta pela ocupação desregrada em uma topografia acidentada culminou na precariedade dos acessos de muitas das residências, feitos por escadarias, becos e vielas estreitas, que só seriam passiveis de melhorias efetivas por meio de remoções estratégicas.

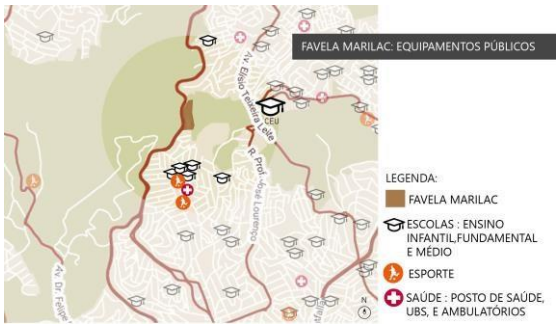
Devido a ausência de espaço para veículos dentro da favela já consolidada, nota-se a presença predominante de veículos estacionados ao longo da avenida e por vezes na própria calçada como se observa na Figura 15, além da presença enfileirada de veiculos nas ruas estreitas no interior da área, dificultando mais o passeio do pedestre (Figura 16).

Figura 15 e 16: circulação prejudicada pela presença de veículos.

Fonte: Oliveira (2017)

A Figura 17 ilustra os equipamentos públicos presentes no entorno da área, contando com seis escolas de ensino infantil, fundamental e médio, uma UBS – Unidade Básica de Saúde, uma quadra poliesportiva (atualmente em obras para a construção de banheiros e copa) gerida pela comunidade, onde são realizados pequenos shows e eventos culturais, e uma praça com uma quadra de bocha e um pequeno campo de areia, que aos finais de semana se transforma em uma escola de futebol para a comunidade, organizadas por uma instituição religiosa local.

Figura 17: Equipamentos Públicos



Fonte: Oliveira (2017) base cartográfica Google Maps (2017)

O intenso processo de adensamento da área, assim como a declividade topográfica coibiram a formação de espaços públicos e verdes na Marilac, resumindo-se a pequenos espaços residuais a ocupação ou trechos críticos da encosta. A importância dos espaços públicos nas urbanizações de favelas está diretamente relacionado a especificidade que este tipo de território possui, estes não apresentam espaços de qualidade onde possa ocorrer a "sociabilidade" (GOMES, 2002 apud FRANÇA, 2009). A presença destes espaços públicos contribui para a condição de "pertencimento ao lugar", sentimento que impacta diretamente na conservação do território por parte da população, atuando como um motor de regeneração deste território sob iniciativa dos próprios moradores, além de auxiliar na permeabilidade e na melhoria da paisagem urbana (FRANÇA, 2009). A área de estudo apresenta somente uma área de convivência na esquina do acesso principal na Rua Marilac, o espaço foi revitalizado em 2016, por meio de obras de melhoria da pavimentação do piso, pintura e troca de bancos como podemos observar na Figura 18 e 19 o antes e depois.

Figura 18 e 19: Praça no Acesso principal a Marilac antes e depois da revitalização respectivamente.

Fonte: Google Maps (2010) Oliveira (2017)

O ideário dominante, amplamente difundido por artigos, jornais, revistas e noticiários televisivos é a visão da favela como um "problema a ser resolvido" ou uma "vizinhança indesejada", porém aquele que reside em uma favela não se vê dentro deste ideário, para ele o processo de urbanização de favelas é um conjunto de melhorias que permitiram sua permanência no local, possibilitando, inclusive, investimentos nas melhorias da sua

residência. É notório a carência e a necessidade de ações planejadas, pautadas em projetos urbanísticos não apenas suprindo as necessidades latentes de infraestrutura básica, mas também na criação de espaços públicos e centralidades que possam valorizar a comunidade (FRANÇA,2009).

A partir das análises acima foi possível traçar um diagnóstico das potencialidades, deficiências e por fim as diretrizes propostas para a área estudada. Foi definido, portanto como potencialidade a localização estratégica viária – referindo-se à conexões com bairros e municípios; a infraestrutura de transporte público – servida por ônibus metropolitanos e municipais; e o potencial construtivo polarizador das glebas vizinhas – a criação de empreendimentos de tal magnitude impactaria diretamente na valorização da área e melhorias na infraestrutura urbana existente, além da criação de equipamentos públicos e promoção da diversidade de usos, possibilitando a oferta de empregos na área.

As deficiências de maneira geral compreendem a questão das áreas de risco – com possibilidade de escorregamento superficial de solo, tombamento e rolamento de blocos e matacões; infraestrutura urbana - tal como as deficiências no sistema de esgoto, drenagem, iluminação, abastecimento de água, luz e sistema viário. Além da carência de espaços públicos de qualidade e equipamentos de cultura e lazer mais integrados a área e ausência de conexão com o entorno imediato.

As diretrizes propostas de intervenção compreendem a finalização e manutenção do processo de urbanização e estabilização realizado de forma fragmentada e inconclusiva, ao que diz respeito à infraestrutura urbana, como abastecimento de água, luz, esgoto, iluminação pública e drenagem, que devem atender de forma eficiente a totalidade da área, assim como a manutenção da pavimentação do sistema viário existente e melhoria nos acessos às moradias nas escadarias, becos e vielas, por meio de iluminação pública, pavimentação e medidas paisagísticas, a fim que possam se transformar em pontos de encontro e permanências. Outro ponto importante é a conexão da Marilac com a avenida Raimundo Pereira de Magalhães que deverá sofrer um alargamento da calçada e a criação de um bolsão dos dois lados da pista para acesso ao transporte público local, bem como sinalização de atenção a travessia de pedestres, contribuindo para um acesso mais seguro ao lado oposto da via que supostamente abrigaria um novo bairro. Com a intensa ocupação fica praticamente inviável a construção de qualquer espaço público amplo na área sem considerar nenhum tipo de remoção – fato inconcebível uma vez que a maioria dos moradores possuem a concepção de direito real de uso, deste modo é válido ressaltar o caractere do entorno, principalmente ao que se refere a gleba de divisa com a favela, que como citado anteriormente pertence a uma área de Zeis-2 que é passível para a ocupação de conjuntos habitacionais de interesse social,

como também equipamentos públicos de cultura e lazer. O desenvolvimento desta gleba afetaria de forma positiva os moradores da Marilac, com a possibilidade de conexão com uma nova frente

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca pela compreensão da estrutura urbana da Favela Marilac, resultado da ocupação de uma área pública para a relocação de famílias, assim como para a autoconstrução de imóveis pela população de baixa renda, e as modificações no ambiente causadas por essa ocupação, são fundamentais para entender os desafios e conflitos nos projetos de urbanização de favelas.

A ausência de planejamento no reassentamento de famílias, em uma área de risco, combinada com a negligência do estado na fiscalização da expansão da ocupação, torna evidente a omissão por parte do poder público com a população residente.

Apesar das intervenções realizadas ao longo das diferentes gestões, fica claro a descontinuidade nas ações de caráter pontual e inconcluso, enquanto à favela seguia sua dinâmica de expansão e adensamento de forma acelerada. Restando, portanto, a complexa tarefa de intervenção em um território morfologicamente consolidado realizando a conexão do mesmo com a cidade, nos quesitos mínimos como infraestrutura urbana básica e nas ações estratégicas pontuais, que poderá servir de apoio a novos projetos e obras no local, bem como o processo empregado nesta pesquisa poderá ser replicada em outras similares.

6. REFERÊNCIAS

ABIKO, Alex; COELHO, Leandro de Oliveira. **Urbanização de favelas: Procedimentos de gestão. Recomendações Técnicas Habitare**. Porto Alegre: Antac Finep, 2009. Volume 4.

BOLDARINI ARQUITETURA E URBANISMO. **Urbanização de Favelas: A Experiência de São Paulo: Boldarini Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo: Câmara Brasileira do livro, 2008.

BONDUKI, N. G. **Origens da habitação social no Brasil:** Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade/ FAPESP, 1998.

BUENO, L.M.M. **Projeto e Favela : metodologia para projetos de urbanização**. Tese Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. USP, São Paulo, 2000.

CEM – Centro de Estudos da Metrópole. FUNDAP – Fundação de Desenvolvimento Administrativo. **Diagnostico dos Assentamentos precários nos municípios da Macro metrópole Paulista**. Disponível em <http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/upload/aaa/655-Relatorio_I_Assentamentos_Fundap_Final_logo.pdf> Acesso em 05 de jan. 2017.

CERRI, L. E. S.; NOGUEIRA, F. R.; CARVALHO, C. S.; MACEDO, E. S.; AUGUSTO FILHO, O. **Mapeamento de Risco em Assentamentos precários no município de São Paulo (SP)**. São Paulo, UNESP, Geociências, 2007, v. 26, n.2.

DUARTE, Cristóvão. **A "reinvenção da cidade a partir dos espaços populares. In. OBSERVATÓRIO DA FAVELA. O que é favela afinal? Caderno de Textos do Seminário**. Observatório de Favelas. Rio de Janeiro. Ago.2009.

EMPLASA - **Sistema de Compartilhamento de Dados Aeroespaciais. Sistema Cartográficos Metropolitanos da Emplasa** - Disponível em: < https://www.scd.emplasageo.sp.gov.br/ > Acesso em 30 de set. 2016.

FACHINI. Luís Fernando Arias. **Estrutura Espacial Urbana: Favela Nova Jaguaré**, 2014. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.

FARAH, Flavio. **Habitação e encostas**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas, 2003. (Publicação IPT; 2795)

FRANÇA. Elisabete. **Favelas em São Paulo (1980-2008). Das propostas de desafavelamento aos projetos de urbanização. A experiência do Programa Guarapiranga.2009**. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo,2009.

FREIRE, Luís Mauro**. Encostas e Favelas: deficiências, conflitos e potencialidade no espaço urbano da favela Nova Jaguaré**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 2006.

HabitaSAMPA – **Sistema de informações para habitação Social na cidade de São Paulo**. Disponível em < http://www.habisp.inf.br/principal/busca?tipo+favela> Acesso em: 27 de abr. 2016.

IPT. Instituto de Pesquisas Tecnológicas. **Mapeamento de Risco 2009/2010**. Ficha Geral de Campo. Pirituba - Jaraguá. São Paulo; IPT (Relatório n. 115,553-205 – 1/52), 2010.

LEMOS, C.; SAMPAIO, M. R. **Casas proletárias em São Paulo.** São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 1993.

Prefeitura de São Paulo. Ortofoto da Favela Marilac . São Paulo: PSSP, 1996.

Levantamento Planialtimétrico Cadastral (LEPAC). Favela Marilac. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2005.

MARICATO, Ermínia. **São Paulo, entre o arcaico e a pós- modernidade**. Revista Caramelo, FAU-USP, n.9. São Paulo, 1997.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a Crise Urbana.** Expressão Popular, São Paulo,2015.

MARQUES, E.; SARAIVA, C. **As políticas de habitação social, a segregação e as desigualdades sociais na cidade.** In: MARQUES, E.; TORRES, H. G. (Orgs) **São Paulo**: segregação, pobreza e desigualdade. São Paulo: Editora do Senac, 2005.

MDC – **Mapa Digital da Cidade de São Paulo** – Disponível em: < http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx> Acesso em 29 de set. 2016.

PASTERNAK, S.; BOGUS, L**. Continuidades e descontinuidades na cidade dos anéis**. São Paulo: 2004. Disponível em: < http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/eventos/transdisciplinar/amb_pasternak.pdf> Acesso em 30 de out. 2016.

PISANI, Maria Augusta Justi Pisani. **Áreas de risco (associado a escorregamentos) para a ocupação urbana: detecção e monitoramento com o auxílio de dados de sensoriamento remoto.** Tese (Doutorado) Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo: EPUSP, 1998.

SAMORA, Patrícia Rodrigues. **Projeto de habitação em favelas: Especificidades e parâmetros de qualidade***,* 2009. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo,2009.

SÃO PAULO. (Município) Prefeitura do Município de São Paulo. Secretaria das Administrações regionais assessoria técnica de obras e serviços. **Cadastro de áreas de Risco Município de São Paulo**. Ficha de Vistoria – Favela da Rua Marilac, São Paulo: PMSP, 1996.

SÃO PAULO. (Município) Lei N° 16.402/16, de 23 de março de 2016. **Regulamenta o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo**. Disponível em: http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/leis/L16402.pdf. Acesso em: 15 de julho de 2017.

SILVA, Janílson de Sousa e Silva. **Observatório de Favelas do Rio de Janeiro**. Rio de janeiro, 2009.

SILVA, Gerzito Caboclo. **Entrevista concedida a Jéssica Aparecida da Silva Oliveira**. São Paulo,15 de julho 2017.

TASCHNER, Suzana Pasternak. **Espaço e população nas favelas de São Paulo**. In: Associação Brasileira de Estudos Populares, 2002. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/fdf/2002/GT_MA_ST21_Pastemak_texto.pdf> Acesso em 28 abr. 2016.

Contatos: jessicasilva_oli@hotmail.com e augustajp@gmail.com.